

Memórias violentas: a persistência da vivência traumática nos vácuos do esquecimento

Glaucia Regina Vianna¹

Francisco Ramos Farias²

Resumo: O presente trabalho visa a refletir sobre a violência relacionada à destrutividade, enfatizando o paradoxo de que o bárbaro e o civilizado coexistem na natureza humana, sendo também considerada um dos sintomas sociais dos dias atuais, que produz circuitos repetitivos, alimentados por ódio, ressentimento e segregação. Esses circuitos persistem, dando a impressão de dificilmente serem quebrados. Com o intuito de compreender como se formam esses circuitos, realiza-se uma análise sobre a experiência traumática que, em função de seu caráter intempestivo, produz memórias violentas, especialmente provocadas pelos vácuos causados em função do esquecimento ou pelo seu oposto, e persistem em um fluxo de imagens contínuas ao longo de um tempo que se mostra como ampliação de um presente ininterrupto. Pessoas que estiveram expostas a situações de violência das mais diferentes formas ficam marcadas por estado de impotência que se traduz por monotonia. Essa condição pode ser um disparador para a prática de violência vislumbrada como possibilidade de mudança de posição subjetiva, quer dizer, trata-se de uma busca para solução da violência sofrida por intermédio de ações violentas, fazendo reverberar o circuito repetitivo.

Palavras-chave: Violência; Trauma; Circuito Repetitivo; Esquecimento; Memória.

Violent memories: the persistence of the traumatic experience in oblivion

Abstract: This paper aims to reflect on violence related to destructiveness, emphasizing the paradox that the barbaric and the civilized coexist in human nature, and it is also considered one of the social symptoms of current days, which produces repetitive circuits fed by hatred, resentment and segregation. These circuits continue and give the impression of being hardly broken. In order to understand how these circuits are formed, it is carried out an analysis of the traumatic experience that, due to their untimely character, produces violent memories, especially provoked by gaps caused due to forgetfulness or its opposite, and persist in a stream of continuous images over a time shown as an extension of an uninterrupted present. People who have been exposed to violent situations of different forms are marked by a state of impotence which results in monotony. This condition can be a trigger for the practice of violence glimpsed as a possibility of change in subjective position, i.e., it is solving the violence suffered by violent actions, making reverberate the repetitive circuit.

Keywords: Violence; Trauma; Repetitive Circuit; Forgetfulness; Memory.

¹ Psicóloga pela universidade Gama Filho, Especialização em Psicanálise e saúde mental pela UERJ, Mestrado em Memória Social pela UNIRIO, Doutorado PPGMS/UNIRIO, Pós doc bolsista PNPd/PPGMS/UNIRIO, integrante do LPSPV/UNIRIO

² Doutor pela Fundação Getúlio Vargas, bolsista de produtividade, coordenador do PPGMS/UNIRIO, coordenador do LPSPV/UNIRIO, Pesquisador FAPERJ

Introdução

O circuito repetitivo da violência, no contexto específico da criminalidade, define-se pela ação de pessoas que, uma vez expostas a situações de violência, procuram soluções para o estado de impotência, mas recorrendo também à violência. Quer dizer, trata-se de pessoas que passaram da condição de vítima a agressor, cujas vidas foram marcadas por situações de abandono, humilhação, privação, frustração excessiva, rejeição e omissão pelo Estado, configurando-se como experiência traumática e repetindo-se em proporções cada vez maiores.

Para realizar essa discussão, nos reportamos à violência, fenômeno social que se torna a marca de nossos tempos, afetando a humanidade em setores da sociedade como saúde, segurança, educação. Mais atual do que nunca, Freud (1920/1976) já nos chamava a atenção para o narcisismo das pequenas diferenças, o qual se manifesta por intermédio de práticas segregatórias tão devastadoras quanto violentas. Nesse esteio, Zizek (2008) assevera que existem políticas direcionadas ao gozo que se originam na implementação do ódio ao semelhante, como se depreende de propostas de determinados agentes de Estado que defendem a paz mediante a aplicação de métodos violentos, sendo praticados pelos próprios aparatos repressivos do Estado (ALTHUSSER, 1980).

A violência da corrupção política em nosso país, onde pessoas desviam bilhões necessários para a realização de políticas públicas, deixa a população, principalmente os mais necessitados, à deriva. A título de ilustração, temos o desastre de barragem de Mariana, fenômeno em que se observou a negligência das políticas de segurança em barragens instituídas pela Lei 12.334. Por outro lado, estamos diante de um Estado que não consegue garantir a segurança pública como um direito fundamental do cidadão. O resultado mais provável desse modo de ação do Estado consiste na chamada guerra urbana diária, na qual são exterminados jovens, crianças e adultos oriundos das camadas mais pobres da população. Conforme esclarece Wacquant (2001, p. 13), *“a criminalização da pobreza e da miséria está relacionada à insegurança social gerada em toda parte pela dessocialização do trabalho assalariado, o recuo das proteções coletivas e a mercantilização das relações humanas”*.

Uma estatística alarmante a esse respeito deve servir como ponto de reflexão: quase sessenta mil brasileiros perdem a vida, por ano, em homicídios dolosos. Crimes praticados pela vontade de destruir e matar. Jovens sem perspectivas acabam vítimas de

vários tipos de violência, causadas pelo tráfico e pelo Estado, já que os policiais são preparados para “*matar o inimigo*” (Zaccone, 2015). Um verdadeiro circuito repetitivo da violência, alimentado por ódio, ressentimento, segregação, abusos policiais, mortes de inocentes e outros fatos. As leis existem, porém, permanece vazio o lugar de quem as sancione.

Não obstante, cresce o desejo de vingança, justiça com as próprias mãos, como assistimos, recentemente, no chocante atentado em Paris, terminando com várias mortes. As autoridades francesas, por sua vez, prometeram fazer tudo o que fosse necessário para destruir “*o exército de fanáticos*”. Algo se torna óbvio: a violência atribuída aos bárbaros, anterior ao início da civilização, na verdade está dentro de cada um de nós e o circuito da violência cuidadosamente alimentado. E, assim, (des)caminha a humanidade.

Um olhar sobre a violência

Ao se referir à fábula da criação da ordem, Canetti (2008) conta que os homens eram livres e iguais, porém, não se sentiam seguros perante as agressões, pois não havia leis para protegê-los. Pairava no ar um medo muito grande em relação ao outro. Instaurou-se assim a criação da lei, estabelecendo largas deliberações a todos sobre o que deviam e o que não deviam fazer. Durante um pequeno período de tempo, houve certo alívio, mas não demorou muito para que o receio e o medo voltassem a propagar-se novamente. Diante disso, os homens decidiram dispor de todas as armas fabricadas e elegeram outros para manuseá-las, os quais passaram a ser encarregados de proteger a população daqueles que não se adaptavam à lei. Esses protetores promulgaram a lei e mantiveram a ordem. Quem se negava a falar era conduzido a lugar secreto, quem não se adaptava às leis era expulso e castigado publicamente.

Nesse contexto, os expectadores reuniam-se publicamente para assistir à perseguição dos hereges e delinquentes. Porém, com as mudanças relativas ao estabelecimento da lei, nomearam-se inúmeros guardiões da ordem, criaram-se instituições destinadas a encarcerar malfeitores e outras para educar as novas gerações. Vez ou outra, apareciam alguns oradores que alertavam quanto ao possível retorno do caos. Com o intuito de guardar a comunidade da ameaça exterior, criou-se um verdadeiro sistema de proteção formado por muros e barreiras, guardado pelos

sentinelas. Doravante, travou-se então uma verdadeira luta contra o estranho, o inimigo. Avançava, assim, um trabalho regulador de leis e decretos que não tinha fim, cada disposição dava lugar a novas infrações e cada regra, a novas exceções que, por sua vez, descambaram em novas regras e novas disposições.

Não obstante, uma sensação de revolta ou raiva contida acompanhava as atividades cotidianas, especialmente quando alguns se recordavam dos tempos de liberdade, chegando o momento em que os homens, sentindo-se oprimidos, assaltaram o arsenal da casa da lei, levaram suas armas e jogaram o documento da lei na fogueira. Nessa ocasião, os homens celebraram o triunfo sobre o poder, sobre a lei. Porém, alguns formaram grupos, penetraram nas casas e destruíram tudo o que encontraram: bibliotecas, quadros, paredes. Mutilaram as estátuas dos santuários e deixaram cadáveres espalhados por todos os lados. Paradoxalmente, os homens se depararam com tudo aquilo que antes lhes havia sido proibido, regressando à sua origem, o caos. Conforme Canetti (2008) elucida, esta fábula não diz respeito só à origem da sociedade e ao fundamento original do Estado, mas principalmente ao ciclo repetitivo da civilização, o qual retorna sempre ao começo, sendo que seu intuito não é descrever o fim da violência, mas todas as mutações de suas formas.

Desde a origem da sociedade, a história da humanidade é marcada pela humilhação e pela morte de inúmeros seres humanos. Lages (2007) esclarece que, na ótica benjaminiana, essa história possui uma conotação melancólica, pois o passado, atravessado por diferentes formas de violência constitutiva, remete à perda, a qual se estende ao momento presente. Como resultado da constatação de episódios violentos que articularam toda história social, surge uma contemplação melancólica diante daquilo que é da ordem do não elaborável, como são o extermínio e o terrorismo. O extermínio obcecado pela quantidade apresenta-se sob a forma de guerra, massacre e genocídio.

A guerra, violência institucionalizada e ritualizada, pressupõe a busca pela paz, além de possuir regras e leis. Assim foi na Guerra Civil Americana, na Primeira Guerra Mundial, na Segunda Guerra Mundial, na Guerra do Vietnã e, mais recentemente, nos conflitos étnicos do Golfo Pérsico. Já o massacre traduz-se em estrondo selvagem do ódio, do desprezo, da destrutividade: mata-se, tortura-se, mutila-se. Quanto ao genocídio, trata-se de uma destruição deliberada, sistemática e programada de uma coletividade inteira cujos membros são acusados e tratados como seres inferiores. Para

exemplificar, basta lembrar os genocídios promovidos por Hitler e Stalin, o genocídio dos armênios e dos ciganos, o genocídio dos índios das Américas.

No que diz respeito ao terrorismo, tem-se sua expressão pelo atentado, por intermédio de um ato de violência que acontece em ponto limitado no tempo e no espaço, visando a um objetivo definido, não importa que vitime inocentes, como foi no atentado do dia 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center, o qual Baudrillard (2004, p. 13) denominou: como um “*ataque ao centro nevrálgico do sistema capitalista*”. A catástrofe provocada pela violência extremada levou não só à derrocada de sua imponente arquitetura, mas principalmente a uma ferida narcísica de grandes proporções, devido à queda simbólica deste mundo dedicado à potência financeira. Esse trágico acontecimento nos faz refletir sobre a dualidade existente nesse símbolo de poder, o qual suscitava ao mesmo tempo sentimentos de atração e repulsa, e nutria secretamente em todos, conforme afirma Baudrillard (2004, p. 14), “*um desejo de vê-los cair*” a ponto de a violência do desmoronamento dos dois prédios não causar nenhuma estranheza. O monumento arquitetônico foi destruído, porém era a sua dimensão simbólica o que se pretendia aniquilar. Certamente, as quatro mil vítimas desse drama coletivo vivenciaram um grande terror, não só por terem morrido nessas torres, mas por terem vivido nelas: “*o terror de viver e trabalhar dentro desses sarcófagos de betão e aço*”, conforme descreveu Baudrillard (2004, p. 14).

Não obstante, o terrorismo não se evidencia como agente de violência, mas como produto de uma violência antecedente: domínio político, exploração econômica, opressão social. Sempre, uma violência anterior provoca e legitima um desejo de vingança que descamba em uma violência posterior traumática, a qual volta e meia vem à tona por meio de uma memória recorrente daquilo que, muitas vezes, foi mantido no âmbito do esquecimento, de forma subterrânea, na vida das sociedades e nações.

O atentado de 11 de setembro provavelmente foi instigado pelo caráter dúbio que o objeto comporta, atração e repulsa, exercendo uma fascinação singular, cujo terrorismo praticado revela-se ao mesmo tempo como um gesto de testemunho e impotência, que só representa a miséria mundial para afundá-la num gesto definitivo. Nesse contexto, o terrorismo desdobra-se em questionamentos, no tocante à religião, ao martírio, à vingança, à estratégia política... E dentre as várias hipóteses possíveis para a compreensão de uma ação dessa natureza, destaca Baudrillard (2004, p. 30) uma como soberana:

No fundo o terrorismo não tem sentido nem objetivos e não se mede pelas suas consequências reais, políticas ou históricas, e justamente pelo fato de não ter sentido, no sentido que o entendemos, que faz acontecimento num mundo cada vez mais saturado de sentido, de finalidade, de eficácia.

Mediante a constatação de toda essa violência, surge uma atmosfera melancólica enquanto reação a esse estado geral de perda, e se revela como uma ligação entre a noção de tristeza e a perda propiciada pelo horror e pela barbárie decorrentes das tragédias mundiais, violências inenarráveis, cidades bombardeadas, campos de concentração, demonstrando que, embora os homens tenham dispensado a barbárie e se organizado socialmente, no foro íntimo, em cada um convive o homem e o monstro, a civilização e a barbárie. Embora a raça humana sobressaia no planeta como “*aquela que porta a razão*”, diante do pluralismo de manifestação de violência, essa expressão perde sua singularidade, pois, qual razão teria o homem para anular a subjetividade do outro, transformando-o numa objetividade descartável? Talvez fosse mais coerente pensar esse “*ser racional*” em termos de poder admitir a violência existente em si em seus diversos níveis: físico, moral, político, sexual, afetivo, do preconceito, da discriminação e da aceitação da própria violência.

Tal manifestação da condição humana acaba por revelar o desejo atroz de exterminar aquilo que, no seu julgamento, resultou a sentença de ser um não humano. Não obstante, podemos pensar que no princípio, no estado de natureza, sucede o domínio, a tortura e a perseguição; a ordem desemboca na revolta, no massacre. Na sua condição de onipresente, a violência domina do princípio ao fim da história da espécie humana, tornando-se um axioma: a violência engendra o caos, e a ordem engendra a violência.

A violência do poder, o poder da violência

Observamos que a violência implica força, energia, vigor, autoridade, desejo pelo poder. Conta o mito bíblico sobre a criação do inferno que tal origem deu-se por uma guerra travada entre dois anjos prediletos de Deus: o Arcanjo São Miguel, aquele que era conhecido como mais forte e fiel a Deus, e Lúcifer, o mais belo anjo, cuja bondade infinita fazia com que gotas de água que vertiam do ato de lavar as mãos se transformassem em anjos. Seu nome também designa aquele que porta a luz. Certa feita, quando Lúcifer convencido de seus poderes, os quais julgava acima da própria divindade, decidiu ocupar o trono de Deus, São Miguel enfurecido não permite! Como

resultado, trava-se uma guerra, decorrente da qual ocorre a queda de Lúcifer do céu e instaura-se assim o inferno, representado por suas chamas infinitas, fonte de horror e violência, lugar destinado a todos que ousam desobedecer às leis estabelecidas, do qual Dante, no início do século XIV, revela de forma majestosa seus horrores (PINHEIRO, 2007).

Essa narrativa mítica evidencia o desejo do ser muitas vezes voltado para atingir a potência máxima, ou seja, a onipotência, mesmo que isso implique na destituição do criador. A esse respeito, Farias (2012) aponta que os grandes pensadores da história da humanidade debruçaram-se na reflexão sobre o fato de que, apesar de todos os ensinamentos oriundos dos textos canônicos, cuja função principal deveria ser a contenção da potencialidade destrutiva do homem, a fim de que permanecesse apenas como objeto de sua imaginação, para que não se expressasse objetivamente, não foi suficiente. Não obstante, existe uma tendência a identificar poder e violência que passam a ser tomados com o mesmo sentido, ou seja, os meios em função dos quais o homem domina o homem. Dadoun (1998) assevera que sempre, de alguma forma, o poder afronta e utiliza a violência, e esta sempre exprime certa forma de poder. Extraordinária familiaridade, vínculos estreitos, presos de tal maneira às suas estruturas, que se chega a pensar que o único problema real do poder é a violência. Ideia essa compartilhada por Freud (1932/1976) no diálogo com Albert Einstein em julho de 1932. Entusiasmado pelo profundo conhecimento de Freud acerca da vida pulsional, Einstein trava com ele uma correspondência, a qual originou um de seus textos psicanalíticos acerca deste assunto: *Por que a guerra?*

Às vésperas da invasão nazista à Áustria, Einstein indaga a Freud sobre o que poderia ser feito para proteger a humanidade da maldição da guerra? Primeiramente, Freud (1932/1976) sugere que substitua a palavra poder pela mais nua e crua, “*violência*”. Uma vez que os conflitos humanos eram resolvidos pelo uso da violência, assim como no reino animal, ocorria a dominação por parte de qualquer um que tivesse poder maior: a dominação pela violência, seja bruta ou apoiada pelo intelecto. Mais adiante, Einstein pergunta como os mecanismos de poder conseguem despertar nos homens um entusiasmo extremado, a ponto de sacrificarem suas vidas? Freud responde ser a guerra uma consequência do ódio e do desejo de destruição e que a sociedade vive em constante transformação da violência. Em muitos sujeitos, existe agressividade e crueldade.

No modo de pensar freudiano, os seres humanos trazem em si o desejo de agressão e destruição, impulsos destrutivos que seriam satisfeitos ao se misturarem com outros motivos de natureza emotiva e idealista. Desse modo, o desejo de aderir à guerra é da ordem de um efeito da destrutividade e, então, a única solução plausível seria contrapor-lhe a seu antagonista mais poderoso, Eros, o amor, conforme encontra-se em o *Novo Testamento*: “*ama o teu próximo como a ti mesmo*”. Seria essa a possibilidade dos homens compartilharem seus interesses. Caso contrário, a pulsão de morte caminha em direção à destruição provando que se os diques não forem bem construídos com a presença de Eros, não haveria suportes para conter a prática da violência originada pelo desejo desenfreado ao poder.

Em outra vertente, Arendt (2009) discorda da ideia de que violência e poder encontram-se intimamente ligados e em vários de seus escritos promove a distinção entre eles. No seu ensaio *Sobre a violência*, afirma que a presença de um implica na ausência do outro. Na sua concepção, a violência destrói o poder e não o cria. O poder seria o resultado da capacidade humana para agir em conjunto, e a desintegração do poder é a incitação à violência. Se fizermos uma analogia entre Hannah e Freud, poderíamos dizer que para Hannah o poder estaria ligado a Eros; enquanto que para Freud, seria da ordem de Tânatos.

No primeiro capítulo do referido ensaio, Arendt faz uma crítica severa aos movimentos da “*nova esquerda*”, no final do ano de 1960, que apresentavam o pretexto de lutar contra um mundo ameaçado pela destruição nuclear e dominado pelas grandes diminuições estatais. Esses movimentos optaram pela glorificação irresponsável da violência acreditando, erroneamente, ser ela a essência. A solução que Arendt (2009) propõe seria retornar a outra tradição do pensamento político, qual seja o greco-romano, que fundamenta o conceito de poder no consentimento e não na violência. Essa tradição alternativa pode ser encontrada na Cidade-Estado ateniense e na Roma Antiga, pois tanto o conceito de isonomia, no primeiro caso, como o conceito de Civita, no segundo, trabalham com uma ideia de poder e de lei cuja essência não se assenta na relação de mando-obediência e não identifica o poder como domínio. Apesar de utilizarem o termo obediência, mas sempre obediência às leis em vez de ser aos homens, assinalavam que deveria haver “*o apoio às leis para as quais os cidadãos haviam dado o seu consentimento*” (ARENDR, 2009, p. 34).

A concepção de poder no modo de pensar arendtiano refere-se sempre a uma relação de consentimento em que as instituições se sustentam no apoio do povo. Sendo uma relação de consentimento, o poder está vinculado ao “momento fundacional” de uma dada comunidade. O poder é o momento de instauração da lei, e não destituição dela. Desse ato, surge o consentimento que sustentará a manutenção futura das instituições. O governo precisa de opiniões, enquanto a violência opera em oposição a ambos, sendo arbitrária. A forma extrema de poder é o todos contra um, a forma extrema de violência é o um contra todos.

Torna-se bastante elucidativa a visão de Arendt (2009, p. 12) de que “*o decréscimo do poder pela carência da capacidade de agir em conjunto é um convite à violência*”. Ou seja, aqueles que perdem essa capacidade, sentindo-a escapar de suas mãos, sejam governantes, sejam governados, dificilmente resistem à tentação de substituir o poder que está desaparecendo pela violência. Aponta, ainda, em uma arguta nota, como a ineficiência generalizada da polícia nos Estados Unidos e na Europa tem sido acompanhada pelo acréscimo da brutalidade policial. Por que não dizermos também no Brasil e em todo seu sistema carcerário?

A violência do desamparo: experiência de impotência

Indagado a respeito da violência na atualidade, Chamorro (2012, p. 12) aponta a necessidade de compreensão sobre o fato de que a sociedade atual é um efeito da queda de um ideal de não violência, elucidando que, devido aos grandes avanços em termos de ciência e tecnologia, estabeleceu-se uma ideia ilusória de que haveria a possibilidade de uma racionalidade no sujeito que poderia regular a violência dentro da sociedade e entre elas. Porém, a ideia de racionalidade logo cai por terra, e conforme pensava Freud a esse respeito, aquilo que impera no humano não é o racional, mas sim, a pulsão de morte, a qual repercute no campo social, onde os atos violentos revelam a inoperância e fragilidade dos poderes do Estado através do caos e descaso administrativo. A ausência das políticas públicas que poderiam oferecer condições dignas de vida às camadas mais pobres da população intensifica no sujeito o estado de desamparo, culminando com a impotência psíquica no sentido de escolha, restando-lhe o circuito repetitivo da violência.

Devemos esclarecer que em sua articulação com a experiência traumática, a violência é:

toda pressão de natureza física ou psíquica capaz de produzir terror, infelicidade, sofrimento, morte de um ente querido e todo ato perpetrado que tem por efeito voluntário ou involuntário desapropriar alguém de sua condição subjetiva (HERETIER, 1996, p. 17).

Assim, a violência é a prática em que se age pela força, tanto a partir de uma escolha, quanto na condição de agente transmissor de *modus operandi* próprio de uma engrenagem social em que a condição de dominação, pelos mais diferentes vetores do poder, mostra sempre ser operantes.

Mais precisamente no século passado, o evento da Primeira Guerra Mundial forneceu uma grande contribuição à compreensão sobre a teoria do trauma, pela experiência daqueles que estiveram em combates. O traumatismo psíquico causado pelos graves eventos externos se converteu em fonte de sofrimento e horror, principalmente diante da constatação de que esses sujeitos dificilmente conseguiam “se esquecer” das afrontas que viveram em situações que beiravam o insuportável. Estamos diante de uma situação traumática causada por um tipo de violência que apresenta inúmeras condições negativas, pois soldados austríacos que retornavam da Primeira Guerra, atormentados por suas lembranças, mostraram-se incapazes de formular sequer uma palavra sobre o que viram e certamente viveram. Benjamin (1996a) afirma que eles não tinham nada para contar, pois eram pobres em experiência.

No contexto da narração das experiências vividas, Benjamin (1996b), em 1936, no seu ensaio *O narrador*, analisou o retorno dos soldados do *Front* e constatou que eles manifestavam uma incapacidade de articular suas histórias e experiências. Diante de um mundo arruinado, a perda da esperança é o maior deflagrador dessa condição pós-guerra. Refletindo sobre a violência, uma questão intriga: que destino dar a esses eventos que não se consegue esquecer? O que fazer com esse excesso de memória? Conforme Kehl (2004) salienta, a memória do sofrimento e da injustiça alimenta o ressentimento quando sua evocação serve para manter as antigas vítimas na mesma posição que ocuparam no passado, colhendo os ganhos secundários da autopiedade e da má consciência.

No entanto, existe uma possibilidade de solução de compromisso bem negociada, que possibilite que as vítimas de ambos os lados possam descansar um pouco do excesso de memória provocado por um agravo sem solução. Isso exige um

trabalho coletivo de (re)simbolização, a fim de impedir que o trauma histórico produza ressentimento, fanatismo ou outras formas de abuso de memória (KEHL, 2004, p. 232). Ressaltamos que consideramos traumática qualquer situação que represente uma espécie de transbordamento, em termos de elaboração, que escapam do limiar de compreensão.

Estamos diante de uma situação traumática causada por um tipo de violência que apresenta inúmeras condições negativas, pois soldados austríacos que retornavam atormentados por suas lembranças mostraram-se incapazes de formular sequer uma palavra sobre o que viram e certamente viveram. Considerando a dinâmica desse fato, Freud (1920/1976) redefine a experiência traumática como uma lembrança da qual o sujeito não se dá conta, por não se constituir como lembrança consciente ou inconsciente, mas se inscreve como uma marca que retorna alucinatoriamente, como um fluxo pulsional excessivo, sobrepondo-se à capacidade do psiquismo de ligá-lo e elaborá-lo. É essa incapacidade de elaboração que, muitas vezes, paralisa o homem na sua capacidade produtiva, devido ao fato de encontrar-se irremediavelmente preso às experiências do passado. Esse excesso de apego ao passado rouba-lhe a capacidade de criar, já que impede a inspiração.

O trabalho criativo não é individual, na medida em que necessita da presença de outros no lugar do terceiro que, equidistante do par antagônico da vítima e do algoz, precisa ter legitimidade para testemunhar o ocorrido. Isso significa a possibilidade de endereçamento a uma entidade em posição de encarnar uma instância de mediação simbólica. As narrativas advindas desses soldados mostram ser insuportável uma violência traumática que permaneça não nomeada, tal como aquelas advindas do ressentimento social, cuja origem está nas disparidades da desigualdade que passam a ser sentidas como injustas. Nesse contexto, o Estado deveria ser o mediador das disputas de interesse e da rivalidade entre esses iguais/desiguais, promovendo segurança, justiça e intermediando as situações de conflito entre os cidadãos.

Não obstante, não podemos esquecer de que, na atual sociedade, a violência fica circunscrita ao campo da delinquência e da criminalidade. Dessa forma, o crime acaba sendo definido como ataque à propriedade privada (furto, roubo e latrocínio, isto é, roubo seguido de assassinato). Esse mecanismo permite, por um lado, determinar quem são os “*agentes violentos*” (de modo geral, os pobres) e legitimar a ação (esta, sim, violenta) da polícia contra a população pobre: negros, crianças de rua e favelados.

Muitas vezes, a ação policial considerada violenta recebe o nome de chacina ou massacre.

Não tratamos da violência dos pobres que são principalmente trabalhadores, mas da pobreza, da desigualdade e falta de acesso aos bens culturais. A pobreza, violenta em si, mata silenciosamente pela fome, pela desnutrição, pela ausência de cuidados básicos. Mas também é necessário reforçar que a desigualdade é a fonte de alimentação do caldo de violência, por ser da ordem de um trauma cultural, aponta para uma profunda dissonância moral entre a legitimidade social e o sofrimento social.

Torna-se muito difícil o processo de elaboração diante de graves fraturas sociais vividas como traumáticas e percebidas como moralmente injustas. Conforme Ortega Martinez (2011, p. 21) elucida, a vida psíquica está constituída por memórias involuntárias que recordam através de rastros e restos de memória dos eventos traumáticos. É importante ressaltar que o trauma não é produzido pelo evento sofrido, mas sim devido às reativações dos conteúdos primários recalçados. O passado traumático só aparece disponível para o sujeito através de uma atualização do ato diferido de interpretação e compreensão que inclui a história psíquica do sujeito, ou seja, o trauma só se mostra a partir de um segundo evento, que faz a atualização de um primeiro evento ocorrido no passado. Porém, a repetição dessa experiência não consegue captar tal conhecimento e culmina numa conduta compulsiva, a vítima permanece sem conhecimento da experiência traumática a que foi submetido. Apenas repetições compulsivas e memórias involuntárias, indicando que ali, nessas ações de atos violentos, está alojado um saber diferente, um saber particular sobre essa ferida, que pode ser entendido também como um saber que falta ao sujeito, ou seja, não foi por ele subjetivado, mas está ali à espreita.

Salientamos, conforme esclarecido acima, que o trauma não é produzido pelo evento originário, é necessário uma segunda ação psíquica no sentido de atualização para que ele seja efetivado. Reportando-nos aos sujeitos que passam pelo circuito da condição de vítima a de algoz, ou seja, sujeitos que tendo vivido a violência devido à experiência de impotência mediante a ausência do Estado, e em resposta ao social, passam a praticá-la. Dessa forma, fica evidente o caráter traumático da exclusão a qual foram submetidos e, respondendo de forma violenta à sociedade através da prática criminosa, devem ser submetidos a mecanismos que tem por intuito coibir a prática de crimes futuros, instalando-se assim o circuito repetitivo do qual dificilmente conseguem

sair. Porém, Soares (2011, p. 103) aponta que o Estado não é capaz de “*proteger as vítimas, sem depreciar o valor humano do algoz, não de seu ato que fique claro*”. Na verdade há uma contradição no próprio conceito de reintegração social, ou seja, ensinar ao criminoso o caminho do bem: como isso é possível afastando-o da sociedade?

A experiência de encarceramento denuncia uma realidade assustadora. Soares (2011, p103) assevera:

jogado em uma jaula, o preso recebe do ambiente que o cerca uma só mensagem: você é um animal perigoso e não presta, não serve; você é a escória. Aos poucos a mensagem vai sendo assimilada e o sujeito se amolda aquele ambiente. Conformado ao seu rótulo de fera e lixo comporta-se em conformidade a imagem que vê refletida no espelho.

Além disso, é mister ressaltar que esse espelho trata da relação com o outro, que através do afeto de ódio ou amor, amo ou odeio a imagem de mim mesmo que vejo refletida no outro.

Instaura-se assim o segundo momento do trauma, trazendo um circuito de repetições por meio de infundáveis ações violentas, pois conforme esclarece Farias (2012), o trauma por ser de natureza inassimilável, produz o sintoma ou memória lacuna. Por uma ou outra via, situamos uma espécie de resto que se introduz na memória de modo a caracterizá-la como a perpetuação de um enigma, formulado em termos de um corpo estranho incrustado no psiquismo, e não como o regresso de um passado já vivido. Porém, esse corpo estranho situa-se num intervalo entre dois acontecimentos, ligando um ao outro por cadeias de memória, mas sem significação.

Conclusão

Concluimos o presente trabalho sem a ilusão de que um dia a violência possa acabar. Primeiramente, sabemos que a violência é inerente ao humano; segundo, que existe o ingresso no mundo do crime por outras vias, como o gozo e a busca de notoriedade, porém, acreditamos que ela pode ser reduzida em larga escala. O alto índice de encarcerados aponta para sujeitos que desde a tenra idade foram vítimas de várias situações de impotência, de forma contundente, porém obscuras, pois há uma espécie de cegueira coletiva, fazendo com que as camadas mais baixas da população não sejam objetos de visibilidade, a não ser nos noticiários policiais. Essa violência a que são submetidos, Zizek (2008, p. 20) denominou como sistêmica, ou seja, que diz respeito à violência inerente ao sistema. Nesse caso, não estamos tratando só da

violência física direta, mas também das mais sutis formas de coerção que impõem relações de dominação e exploração, incluindo a ameaça da violência subjetiva. Certamente, a pobreza não gera a violência. Nunca. Todavia, a avassaladora desigualdade social é capaz de incitar o pior que existe no humano, em termos de sentimento de ódio e ressentimento.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa, Editorial Presença e Martins Fontes. 1980.
- ARENDDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Afiliada, 2009.
- BAUDRILLARD, J. A violência mundial. In: _____; MORIN, E. **A violência do mundo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
- BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996a. v.1
- _____. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996b. v.1
- CANETTI, E. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CHAMORRO, J. Violência. Entrevista realizada por Maria Del Carmem Pérez Cabalar. **Periódico psicanalítico**. Buenos Aires, n. 18, 2012.
- DADOUN, R. **A violência**. Rio de Janeiro: Difel, 1998.
- FARIAS, F. Rastros e escombros da violência: memórias do assassinato. **Cadernos de Psicanálise CPRJ**, Rio de Janeiro: CPRJ, v.34 n.26, p. 103-124, jan/jun.2012.
- FREUD, S.. (1920). Além do princípio de prazer. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XIII.
- _____. (1933[1932]). Por que a guerra? In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XXII.
- HÉRITIER, F. **De la violence**. Paris: Odile Jacob, 1996.

KEHL, M. R. Civilização partida. In: NOVAES, A. (Org.). **Civilização e barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LAGES, S. K. **Walter Benjamin**: Tradução e melancolia. São Paulo: USP, 2007.

ORTEGA MARTINEZ, F. A. El trauma social como campo de estúdios. In: _____. (Org.) **Trauma, cultura e historia**. Bogotá: Lecturas CES, 2011.

PINHEIRO, P. S. Estado e terror. In: NOVAES, A. (Org.) **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOARES, L. E. **Justiça**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZACCONE, O. **Indignos de vida. A forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

ZIZEK, S. **Sobre a violência. Seis reflexiones marginales**. Barcelona: Paidós, 2008.